

Sumário

| | |
|---|----|
| Apresentação de GERALDO PRADO | 11 |
| Prefácio de GUSTAVO HENRIQUE BADARÓ | 17 |
| Introdução | 29 |

Capítulo 1

A prisão preventiva e o regime jurídico dos direitos fundamentais

| | |
|--|----|
| 1.1. Conceito e funções dos direitos fundamentais..... | 37 |
| 1.1.1. Dimensão jurídico-procedimental dos direitos fundamentais | 46 |
| 1.2. Noções instrumentais básicas..... | 47 |
| 1.2.1. Área de regulamentação | 48 |
| 1.2.2. Área de proteção..... | 48 |
| 1.2.3. Intervenção na área de proteção | 49 |
| 1.3. Justificação constitucional de intervenções estatais em direitos fundamentais | 51 |
| 1.3.1. Reserva legal | 52 |

| | |
|--|----|
| 1.3.2. Direito constitucional de colisão | 54 |
| 1.3.3. Limite dos limites | 55 |
| 1.3.3.1. Reserva de lei e reserva de Parlamento | 56 |
| 1.3.3.2. Clara determinação da hipótese normativa | 58 |
| 1.3.3.3. Dever de citar o direito fundamental afetado | 59 |
| 1.3.3.4. Lei geral e abstrata | 60 |
| 1.3.3.5. Proteção do núcleo essencial | 60 |
| 1.3.3.6. O critério da proporcionalidade | 61 |
| 1.4. O direito fundamental à liberdade física/pessoal e a vedação da prisão arbitrária | 70 |
| 1.5. O direito fundamental à presunção de inocência (art. 5º, inc. LVII, CR) | 77 |
| 1.5.1. Área de proteção: visão da doutrina brasileira | 80 |
| 1.5.2. Área de proteção: visão do Supremo Tribunal Federal..... | 82 |
| 1.5.3. Área de proteção: visão da Corte Interamericana de Direitos Humanos | 91 |
| 1.5.4. Tentativa de sistematização | 92 |

Capítulo 2

Perspectivas sobre a prisão preventiva

| | |
|---|-----|
| 2.1. As concepções substancialistas da prisão durante o processo | 106 |
| 2.2. A concepção cautelar da prisão preventiva | 124 |
| 2.3. Escorço histórico sobre a prisão preventiva no ordenamento jurídico brasileiro | 137 |
| 2.4. Objeções à prisão preventiva | 160 |
| 2.4.1. Objeções moderadas à prisão preventiva: crítica da corrente processualista ao seu uso por razões substantivistas | 160 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 2.4.1.1. A prisão preventiva como garantia da ordem pública/econômica | 162 |
| 2.4.1.1.1. Vício formal de justificação constitucional..... | 162 |
| 2.4.1.1.2. A prisão preventiva como garantia da ordem pública e a reiteração delitiva | 166 |
| 2.4.2. Objeções radicais à prisão preventiva: crítica da corrente abolicionista da prisão preventiva às razões de cautela instrumental e cautela final | 173 |
| 2.5. A perspectiva do sistema interamericano de proteção dos direitos humanos..... | 183 |

Capítulo 3

A motivação da decisão judicial que decreta a prisão preventiva do imputado

| | |
|--|-----|
| 3.1. Algumas palavras sobre a jurisdição penal no Estado democrático de direito | 192 |
| 3.2. O significado da reserva de juiz | 203 |
| 3.3. A garantia de motivação das decisões judiciais | 206 |
| 3.4. Concepções de motivação: a importância de uma concepção racionalista da motivação | 211 |
| 3.4.1. Justificação interna e externa | 213 |
| 3.5. Concepção racionalista da prova e a motivação de questões fáticas | 214 |
| 3.5.1. Os “pressupostos filosóficos” de uma visão racionalista da prova: objetivismo crítico e verdade como ideal regulativo . | 218 |
| 3.5.2. As “teses sobre a prova no direito” de uma visão racionalista da prova | 225 |
| 3.5.3. A motivação das decisões relativamente às questões de fato: justificação externa probatória | 231 |
| 3.6. Objeto da decisão que decreta a prisão preventiva do imputado..... | 236 |

Capítulo 4

Periculum libertatis: o prognóstico de fuga
ou destruição/alteração de provas pelo imputado

| | |
|---|-----|
| 4.1. Significado de <i>periculum libertatis</i> | 242 |
| 4.2. O prognóstico: uma espécie de teoria geral da predição | 248 |
| 4.2.1. Aspectos históricos e antropológicos | 248 |
| 4.2.2. Alguns aspectos semânticos importantes | 253 |
| 4.2.3. Alguns aspectos lógicos importantes | 256 |
| 4.2.4. Aspectos epistemológicos | 257 |
| 4.2.4.1. Pré-condições para a predição racional | 257 |
| 4.2.4.2. Metodologias preditivas | 260 |
| 4.2.4.2.1. Predições quantitativas e qualitativas | 265 |
| 4.2.5. Aspectos axiológicos: critérios de avaliação do enunciado preditivo | 266 |
| 4.3. De volta ao <i>periculum libertatis</i> : o prognóstico necessário à decreta- ção da prisão preventiva no processo penal | 267 |
| 4.3.1. O indeterminismo característico do comportamento humano | 269 |
| 4.3.2. A inferência que justifica o prognóstico | 270 |
| 4.4. O plano axiológico do prognóstico necessário à decretação da prisão preventiva | 279 |
| 4.4.1. Os dados utilizados no prognóstico necessário à decretação da prisão preventiva: comportamentos do imputado e circuns- tâncias | 279 |
| 4.4.2. As generalizações necessárias ao prognóstico: identificação de padrões | 282 |
| 4.4.2.1. A fonte das generalizações: o problema do conhecimen- to comum | 285 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 4.4.2.2. A aceitabilidade das generalizações: o problema do seu fundamento epistêmico e o problema das generalizações discriminatórias | 288 |
| 4.5. A motivação do prognóstico necessário ao <i>periculum libertatis</i> para decretação da prisão preventiva..... | 294 |
| Conclusões..... | 299 |
| Referências bibliográficas..... | 307 |